

## **ORDEM DOS ECONOMISTAS DO BRASIL**

### *Crise e transformação*

*Professor Doutor*

*Helio Nogueira da Cruz*

*Titular do Departamento de Economia da USP e*

*Atual Vice-Reitor da USP*

Recentemente, principalmente a partir das dificuldades de ampliação do teto de endividamento por parte do Congresso dos Estados Unidos e do rebaixamento da avaliação dos títulos americanos pela Standard & Poor's, ocorreu outra forte queda das bolsas de valores em todo o mundo. A alta volatilidade financeira instalou-se novamente, ampliada com os sinais sobre dificuldades financeiras da Itália e da Espanha e a fragilidade financeira de bancos europeus. A possibilidade de segundo "mergulho", desdobramento da crise de 2008, volta a aterrorizar.

O nosso sistema econômico está sujeito a flutuações, mais ou menos fortes, sem um padrão de regularidade estabelecido. Muitas são as causas que podem desencadear estas mudanças. Algumas podem estar associadas a fatores naturais, como o tsunami do Japão, outros políticos, como um conflito militar, e até fenômenos essencialmente econômicos, como as "bolhas" ou o comportamento de "manada" que às vezes ocorre. As grandes inovações também provocam fortes flutuações econômicas.

Por mais que se queira, dada a enorme complexidade do sistema econômico descentralizado e em constante transformação, é ingênua a pressuposição que se possam implementar medidas de política econômica compensatórias que eliminem as flutuações, inclusive as maiores. As crises, assim como as bruscas variações da inflação e emprego são, em larga medida, inevitáveis, o que não significa que não se devam procurar medidas que mitiguem os efeitos das flutuações, tais como as políticas econômicas, a regulação do sistema, entre outras .

A co-evolução dos vários setores produtivos, com ritmos de transformação tecnológica próprios, que ocorrem nas várias regiões do planeta, redefinem, constantemente, os padrões de competitividade e de liderança internacional. Evidentemente, outras dimensões do sistema econômico-social também evoluem, tais como o perfil etário das várias populações, o acesso aos recursos naturais e as próprias modificações da demanda dos vários produtos. Também as políticas macroeconômicas, industriais e tecnológicas modificam o sistema.

O resultado da interação destes processos conjuntos acaba por configurar os padrões de competitividade das várias regiões e países. São movimentos estruturantes, de longo prazo, que, de quando em vez, geram crises e depois seguem seus próprios caminhos. A ascensão e queda econômica dos países e regiões são os resultados de longo prazo destes processos evolutivos.

As transformações produtivas destas últimas décadas manifestam-se, sobretudo, na crescente competitividade dos países asiáticos no cenário internacional, entre os quais, destacam-se o Japão, a Coreia do Sul e, mais recentemente, a China. A crise atual é, também, uma manifestação destas mudanças de longo prazo e o profundo processo de “acomodação” dos vários países a esta nova configuração de forças. Nestas condições, a partir de determinado momento, a comunidade internacional passou a reavaliar se o padrão de financiamento de várias economias desenvolvidas, inclusive a Itália e Espanha, era adequado, o que tem gerado dificuldades para gerenciar os déficits públicos destes países. O baixo crescimento econômico destas regiões torna o refinanciamento das dívidas públicas e das famílias mais difícil, porque se questiona a capacidade de honrar os passivos. O sistema econômico-financeiro internacional terá que se adaptar a estas novas condições. O próprio padrão monetário internacional terá que ser reformulado devido à perda da relevância que o dólar tinha no passado.

Os fatores fundamentais da crise, que são objetivos, tendem a perder espaço no noticiário econômico nos momentos mais agudos da crise, para aspectos menores, devido ao pânico e quebras de organismos até então sólidos. A compreensão da essência dos fenômenos fica obscurecida exatamente no momento em que mais se exige clareza. O “drama” torna-se mais agudo, com a radicalização dos conflitos.

As medidas de inspiração keynesiana, as únicas que oferecem alternativas de políticas anticíclicas mais imediatas, visam, tão somente, manter o sistema em funcionamento. Nesta abordagem, as questões de longo-prazo, como o gerenciamento dos déficits públicos decorrentes dos gastos inflados para estimular o dispêndio agregado, são deliberadamente adiadas. Mas, logo adiante, as dívidas públicas e privadas vão exigir seu equacionamento. Evidentemente, medidas regulatórias para coibir práticas que geram grandes instabilidades, como os elevadíssimos graus de alavancagem do setor financeiro que ocorreram recentemente, também devem ser implementadas.

No momento atual, há que cuidar tanto dos déficits públicos acumulados ao longo do tempo e ampliados com as medidas anticíclicas adotadas a

partir de 2008, como as mesmas dificuldades apresentadas já em 2008, como a ameaça de quebra de bancos. A saída mais adequada seria a retomada do crescimento dos países excessivamente endividados, sobretudo, Estados Unidos e muitos países da Europa. Mas, muitos deles já apresentavam baixa competitividade e oferecem poucas oportunidades de investimento e de modernização. A redução da taxa de juros já não é efetiva para ampliar os investimentos. A saída da crise para o sistema internacional como um todo, como já se observava em 2008, deverá ocorrer nas regiões mais dinâmicas e competitivas, como a China. Nos países perdedores, as pessoas e os governos estão endividados e mais pobres do que imaginaram pouco tempo atrás. Esta nova realidade terá que ser “digerida”, o que levará um bom tempo para ocorrer.

Neste cenário internacional, pioram substancialmente as perspectivas econômicas de todos os países, devido à redução esperada do crescimento econômico mundial. Note-se que um dos efeitos do aumento da “volatilidade” no início da crise e nas últimas semanas foi a redução da taxa esperada de crescimento destas economias e do PIB mundial. O horizonte de retração econômica torna-se mais ameaçador. As mais altas esferas econômicas e políticas européias e dos Estados Unidos tem-se mostrado incapazes de enfrentar adequadamente estas questões, tomando decisões erráticas que indicam falta de clareza e de consensos sobre as causas da crise e como enfrentá-la. O enigma da esfinge – decifra-me ou te devoro – volta a nos ameaçar.

As observações acima apontam para um período longo de “acomodação” internacional das variáveis macroeconômicas para valores que sejam mais compatíveis com a distribuição efetiva dos ativos e passivos correspondentes à nova realidade econômica.

Evidentemente a história seguirá seu curso, assim como as inovações permanecerão bombardeando a ordem estabelecida, oferecendo novas surpresas e promovendo outras transformações. A longo prazo, a promoção da competitividade impõe-se como a trajetória mais segura.

No caso do Brasil, que conta com mercado doméstico grande e em expansão, a possível queda da demanda de nossas exportações e a redução dos preços das “commodities” podem-se tornar empecilhos importantes à continuidade das taxas atuais de crescimento do PIB. As reservas cambiais acumuladas e os fatores que favorecem nossa competitividade, tais como a abundância de recursos naturais, “bônus populacional”, estabilidade política e macroeconômica, continuam relevantes, mas deveremos sofrer os efeitos negativos do cenário internacional.

O “Plano Brasil Maior – 2011-2014” do Governo Federal, lançado em 02/08/2011, apresenta-se como continuidade à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (2003-2007) e à Política de Desenvolvimento Produtivo (2008-2010). O horizonte de suas propostas é relativamente curto - o atual mandato presidencial - e não apresenta a centralidade do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Tem caráter estruturante e focaliza corretamente as questões da produção, inovação e competitividade. Apresenta objetivos estratégicos, metas bem definidas, aponta rumos e apóia atividades. Não chega, entretanto, a ser um plano no sentido pleno da palavra e não se propõe a saltos mais ambiciosos. Parece insuficiente para tornar o país competitivo nos setores produtivos de maior conteúdo científico e tecnológico. As propostas estão na direção certa, mas não chegam a ser uma resposta à altura dos desafios do país.

*SP, 24/agosto/2011*